

IPCA acelera, mas segue abaixo das previsões

Por Estevão Taiar e Bruno Villas Bôas | De São Paulo e do Rio

Em abril, a inflação foi menor do que as estimativas do mercado, um movimento que se repetiu em oito dos últimos 12 meses. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês passado foi de 0,22%, conforme divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número ficou abaixo da estimativa média de 0,28% de consultorias e instituições financeiras pelo Valor Data, mas acima dos 0,09% de março. No acumulado de 12 meses, também houve aceleração em relação a março, de 2,68% para 2,76%. Mesmo assim, a conjuntura inflacionária segue favorável, influenciada fortemente pela lenta recuperação econômica, ampla oferta de alimentos e expectativas ancoradas.

"Os números de abril confirmam duas coisas que já vínhamos destacando: a inflação continua surpreendendo para baixo e com uma qualidade boa", diz Paulo Val, economista-chefe da Brasil Plural Asset.

Nos quatro primeiros meses do ano, a inflação acumulada é de 0,92%, o menor índice para período desde a implementação do Plano Real, em 1994. Dessa forma, o índice completou dez meses abaixo

do limite inferior (3%) da meta de inflação (4,5%).

A "qualidade boa" citada por Val vem, por exemplo, da média dos núcleos de inflação, que excluem itens com preços mais voláteis, e ficou em 0,18% em abril. No acumulado de 12 meses, foi de 3,03%. Nesse tipo de comparação, o dado vem caindo desde dezembro do ano passado, quando ficou em 3,59%.

Outra medida que sinaliza o aspecto "estrutural" desse quadro inflacionário favorável, segundo ele, é a inflação de serviços, mais suscetível à política monetária e à atividade econômica. No mês passado ficou em apenas 0,03%. No acumulado de 12 meses, foi de 3,46%.

Em relação a março, sete dos nove grupos que integram o IPCA tiveram variações mais altas de preços, com destaque para saúde (de 0,48% para 0,91%) e vestuário (0,33% para 0,62%). Os medicamentos, pertencentes ao primeiros grupo, têm tradicionalmente seus maiores reajustes em abril e subiram 1,52% no mês, contribuindo sozinhos com 0,05 ponto percentual da inflação mensal.

Os preços administrados como um todo subiram de 0,23% em março para 0,60% em abril. Pelo

indicador acumulado de 12 meses, a aceleração foi de 7,05% para 8,34%. O grupo alimentação e bebidas, responsável por um quarto do orçamento das famílias, teve aceleração modesta, de 0,07% para 0,09%.

Para a Tendências Consultoria, as medidas do IPCA mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária devem ter avanços lentos nos próximos meses, mas sem se aproximar da meta de 4,5%. No mês passado, a inflação de serviços excluindo passagens aéreas - uma dessas medidas-, ficou em 3,55% no acumulado de 12 meses, queda em relação aos 3,76% de março. Já os serviços subjacentes recuaram de 3,44% para 3,15% nesse mesmo tipo de comparação.

"Nesse contexto, o comportamento benigno do grupo [de serviços] continua refletindo, em grande parte, os efeitos maiores que o esperado do ajuste ocorrido no mercado de trabalho, que ainda deve gerar pressão desinflacionárias ao longo deste ano", diz o relatório.

Para a inflação de serviços como um todo, a projeção da consultoria é de 3,4% para este ano, "mas o ajuste mais intenso que o esperado nestes preços impõe viés de baixa para a projeção do grupo". Para os núcleos, a expectativa para os próximos meses "continua sendo de avanço, mas em ritmo lento".





Usando uma medida própria de núcleo da inflação, a Mogno Capital calcula que a média móvel dos últimos três meses em termos anualizados ficou em apenas 1,3% em abril. "É muito perto das mínimas dos últimos dez anos", reforçando a conjuntura inflacionária favorável, de acordo com Vagner Alves, economista da Mogno.

Entretanto, a surpresa para baixo do IPCA de abril não impediu algumas casas de revisar para cima as suas projeções para o índice de 2018, em função da desvalorização recente do câmbio. Mesmo assim, essas novas estimativas ainda estão distantes da meta de 4,5% estabelecida para este ano.

A Brasil Plural Asset, por exemplo, revisou para cima recentemente a sua projeção de 3,4% para 3,6%. Já a estimativa do UBS subiu de 3,6% para 3,8%. Nos cálculos da Mogno Capital, a desvalorização foi responsável por 0,2 ponto percentual da revisão de 3,5% para 3,8%. O outro ponto percentual veio do aumento do preço do gasolina.

Já o IBGE, pelo menos por enquanto, não detectou impactos do real mais desvalorizado sobre a inflação. "Não estamos vendo efeitos do câmbio sobre os preços. Quando aparecerem, devem estar refletidos nos combustíveis, por causa da política de repasses de preços, e também em alguns itens eletrônicos que têm componentes importados. Em abril, porém, não vimos essa influência", disse o gerente de Índices de Preços do IBGE, Fernando Gonçalves.





Expectativa x realidade

Inflação tem surpreendido mercado com índices abaixo do esperado



■ **2,76%** foi o IPCA em
12 meses até abril de 2018

■ **0,92%** foi o IPCA
de janeiro a abril de 2018

Fonte: IBGE e Valor Data. * Média das projeções de consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data

Inflação de serviços soma 3,46% em 12 meses, a menor taxa desde 2001

Por Arícia Martins | De São Paulo

A retomada a passos lentos da atividade econômica e a consequente recuperação mais fraca do mercado de trabalho seguem derrubando a inflação de serviços, que bateu novo recorde de baixa. Nos 12 meses até abril, o grupo que reúne itens como cabeleireiro, empregada doméstica e aluguel subiu apenas 3,46% dentro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). É a menor alta dos preços do setor nessa medida desde junho de 2001, quando os serviços haviam aumentado 3,37%.

A inflação mensal dos serviços surpreendeu economistas e também foi atipicamente tranquila no mês passado - ficou em apenas 0,03%, taxa mais baixa para meses de abril desde 1998, quando subiu na mesma magnitude. Em março, a alta foi igualmente modesta, de 0,08%. Os números desagregados mostram perda de fôlego disseminada, com queda em preços de itens como alimentação fora do domicílio (-0,22%), aluguel (-0,36%), seguro de veículo (-0,29%), excursão (-0,19%) e passagens aéreas (-2,67%).

Uma primeira leitura dos dados poderia levar a concluir que as maiores influências de baixa vêm de serviços que pouco respondem à política monetária, como refeições

fora de casa e bilhetes aéreos, mas não é o caso.

Elaborado pelo Banco Central para acompanhar melhor os preços do grupo mais sensíveis ao nível de atividade, o núcleo de serviços subjacentes desacelerou de 0,35% para 0,05% entre março e abril, e de 3,38% para 3,15% em 12 meses, segundo cálculos da LCA Consultores. Nesse conjunto, são excluídas as cotações de turismo, serviços domésticos, cursos e comunicação.

A evolução benigna dos serviços é um dos principais fatores, ao lado do comportamento tranquilo dos alimentos, que tende a compensar pressões inflacionárias vindas da disparada do câmbio e do petróleo. Por isso, analistas de mercado seguem confortáveis em projetar avanço inferior a 4% para o IPCA em 2018, mesmo após a recente onda de reajustes da gasolina nas refinarias e a alta do dólar, que continua rondando o patamar de R\$ 3,55.

Ao considerar uma taxa de câmbio mais depreciada em seu cenário, o UBS elevou a previsão para a alta do IPCA em 2018 em 0,2 ponto percentual, para 3,8%, mas a estimativa para o aumento dos serviços foi mantida em 3,5%. Se confirmada a previsão do banco suíço, esta seria a menor inflação anual dos serviços desde 2000, ano

em que estes itens subiram 3,1%.

O UBS tem superestimado a variação dos serviços há cerca de 18 meses, destaca o economista Fabio Ramos, que foi igualmente surpreendido pelo dado de abril. Nos cálculos com ajuste sazonal feito pelo banco, estes preços também subiram menos no mês passado, ao mostrarem alta de 0,07%, ante 0,23% em março.

"A explicação para este quadro é a pior possível", afirma Ramos, referindo-se à melhora em velocidade aquém do previsto da economia. Outros fatores que contribuem para a tendência de declínio dos serviços, de acordo com o economista, são a inflação passada mais baixa, que serve de referência para preços como educação e aluguel, e as expectativas futuras também domadas.

Depois do resultado do mês passado, Fabio Romão, da LCA Consultores, cortou ligeiramente sua projeção para o aumento dos serviços em 2018, de 3,8% para 3,7%. No início do ano, esse número estava em 4,3%. "Todos os indicadores de atividade estão avançando mais lentamente do que se esperava e isso se reflete na inflação", diz.

Especificamente em abril, Romão chama atenção para a deflação de 0,36% nos preços de aluguel



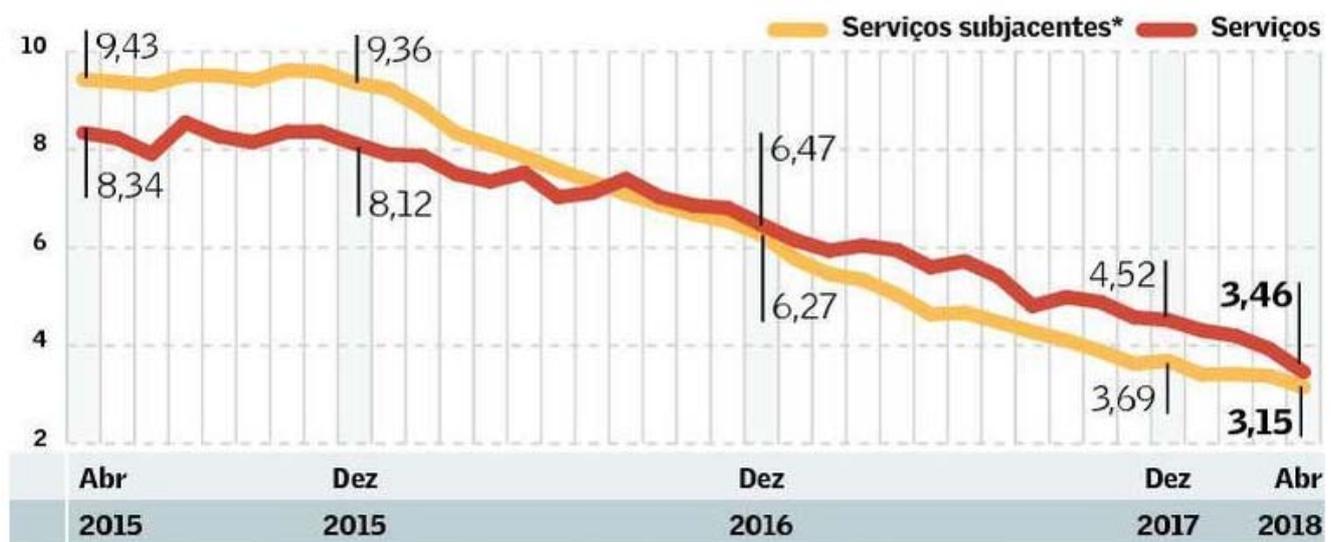


residencial, movimento atípico para o mês. Segundo ele, a queda reflete o mercado mais fraco e, também, a indexação de parte desses contratos ao Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). Em 2017, o indicador calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) recuou 0,52%. A redução nos preços de alimentação fora de casa foi outra surpresa positiva no mês, acrescenta.

A perda de ímpeto dos serviços em abril ainda se deve a efeitos da retomada mais frágil da atividade, avalia Leonardo França, da Rosenberg Associados. Em suas estimativas, o grupo vai subir 3,7% em 2018. "A taxa de desemprego segue em nível elevado, o que está influenciando a inflação de serviços", comentou.

Ladeira abaixo

Trajetória em 12 meses dos serviços e serviços subjacentes - em %



Fonte: IBGE. Elaboração: MCM Consultores. *O núcleo de serviços subjacentes exclui os preços de turismo, serviços domésticos, cursos e comunicação

'Surpresa' é de 0,22 ponto desde última projeção do BC

Por Alex Ribeiro | Do Rio

O IPCA ficou, mais uma vez, abaixo das projeções do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Desde março, quando foi divulgada a última projeção oficial para a inflação, o IPCA ficou 0,22 ponto percentual abaixo do esperado.

Mais importante: os núcleos de inflação seguem todos muito baixos, o que na terminologia adotada pelo Copom significa que os resultados são menores do que os valores mensais consistentes com o piso da meta de inflação.

O IPCA de abril ficou em 0,22%, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. No Relatório Trimestral de Inflação de março, o BC comunicou que esperava que o índice ficasse em 0,33%. É a segunda surpresa desde a divulgação do documento. Em março, o BC previa 0,2%, mas o índice ficou em 0,09%.

Essa surpresa positiva seria

suficiente para fazer o BC rever sua projeção de inflação para 2018 divulgada no relatório, de 3,8% para 3,6%, no chamado cenário de mercado. Esse exercício usava uma cotação do dólar de R\$ 3,40 no fim do ano. O dólar chegou a encostar em R\$ 3,60 nos últimos dias, e fechou ontem cotado a R\$ 3,5461.

Os índices mensais não estão apenas surpreendendo, mas ficando muito abaixo da trajetória para chegar à meta de inflação deste ano, de 4,5%, e do ano que vem, de 4,25%. A aposta do Banco Central é que, à medida em que a economia reagir, a inflação vai convergir para as metas.

A inflação surpreendentemente baixa apoia a tese de um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros na semana que vem. O Copom havia indicado que só se desviaria dessa indicação, feita em março, no caso de se mostrar desnecessária a mitigação do risco de postergação da convergência da inflação rumo às metas de 2018 e de 2019.

Talvez a depreciação cambial ajude nessa tarefa, mas para tanto teriam que ter um efeito maior do que apenas uma mudança de preços relativos - seria preciso o dólar mais caro se disseminar para o resto da economia e alterar a tendência subjacente da inflação.

O Banco Central tem chamado muita atenção para os núcleos de inflação. Desde fins de 2017, o BC tem chamado de confortáveis os núcleos de inflação consistentes com a convergência da inflação à meta e de baixos aqueles que indicam uma certa perpetuação da inflação abaixo do piso da meta de inflação deste ano, de 3%.

Em abril, todos os cinco núcleos de inflação mais populares no mercado ficaram muito baixos, entre 0,04% e 0,25%, o que significa que são inferiores ao valor consistente com o piso da meta, ajustado ciclicamente. Não foi um ponto fora da curva. Excetuando dezembro, quando alguns núcleos ficaram na faixa que o BC descreve como confortáveis, eles têm ficado consistentemente baixos desde novembro do ano passado.

Novos capítulos da novela *Âmbar e Petrobras* *Por Claudia Safatle*

Há uma guerra de versões no caso *Âmbar*, Petrobras e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) que obscurece a disputa entre a empresa de energia do grupo J&F, dono da JBS, a petroleira que foi gravemente ferida pela corrupção e o órgão antitruste, cuja função é julgar se há uma prática anticoncorrencial da Petrobras no mercado de fornecimento de gás.

O contencioso ganhou notoriedade por sua face política. A *Âmbar* é uma empresa de Joesley Batista, que gravou clandestinamente o presidente da República, Michel Temer, abrindo uma gigantesca crise no seu governo. No acordo de delação com o Ministério Público, Joesley disse que Temer receberia até 5% do lucro da operação da usina Termelétrica de Cuiabá, controlada pela *Âmbar*, se na ocasião houvesse decisão do Cade contra o monopólio da Petrobras no fornecimento de gás à empresa do grupo.

A térmica dos irmãos Batista está sem contrato de fornecimento de gás desde junho de 2017, quando a Petrobras rescindiu o contrato em vigor com o argumento de que a empresa de energia havia infringido a cláusula anticorrupção - que foi referendada em segunda instância na justiça. Além da rescisão, a estatal cobra uma multa de R\$ 70 milhões.

Para a Petrobras, acordo de leniência não é suficiente

Atos ilícitos foram admitidos nas delações de executivos do grupo J&F ao MP algumas semanas após a assinatura do acordo entre a *Âmbar* e a Petrobras que garantia a oferta do insumo até o fim do ano passado, a preços de mercado.

A *Âmbar* alegou que a holding J&F celebrou acordo de leniência com o MP, tornando-se, portanto, apta a restabelecer o negócio. Ela obteve do Ministério Público um atestado de que está cumprindo os termos do programa de compliance instituído nas empresas da J&F.

A Petrobras alega, no entanto, que o acordo de leniência é necessário, mas não é suficiente para retomar os negócios com a usina. A Termoelétrica de Cuiabá precisa, também, estar em conformidade com as exigências da estatal, segundo o programa de compliance instituído após o escândalo de corrupção que envolveu a petroleira.

"Temos várias empresas sob acordo de leniência, mas é preciso a Petrobras se convencer de que além do acordo de leniência a empresa se organizou internamente com um bom sistema de controle", explicou o presidente da Petrobras, Pedro Parente. A estatal, segundo ele, já restabeleceu negócios com a Andrade Gutierrez e com a Carioca

Engenharia, que provaram estar de acordo com as regras anticorrupção da petroleira.

"Eles (a *Âmbar*) estão sendo lentos nesse trabalho, em uma coisa que deveriam estar fazendo há muito tempo", assinalou Parente.

A direção da *Âmbar* informou que respondeu a um longo e minucioso questionário da Petrobras, mas que a área jurídica da estatal avisou que uma eventual aprovação pode "demorar até dez meses". Parente não soube dizer o prazo, mas completou que não é só entregar as informações. "Nós temos que ir lá, olhar, conversar". Na semana que vem será feita uma "due diligence" na empresa em Cuiabá (MT). "O problema é que eles (Petrobras) não dizem o que querem", comentou uma fonte do grupo empresarial.

Desde 2015 a *Âmbar* trava uma queda de braço com a estatal para conseguir o suprimento de gás para a térmica de Cuiabá. Sem um contrato firme a usina fica restrita a operações no mercado "spot".

Na Petrobras, a informação é de que a usina, no início, queria pagar só o preço que a estatal compra o gás da Bolívia acrescido de 2,5%, que configuraria subsídio. Tão logo se chegou a um entendimento pela cobrança do preço de mercado, em abril de 2017, foi feito o contrato que logo depois foi rescindido.





A Âmbar buscou no Cade a condenação do que considera uma prática anticoncorrencial da Petrobras. Lá a história segue em capítulos patrocinados pela Superintendência Geral e pelo plenário do tribunal. Em sorteio na semana passada, o pedido de medida cautelar da usina ficou com a relatoria da conselheira Cristiane Alkmin e seria levado ao plenário do tribunal na quarta-feira. O Cade estava dividido nessa questão.

Na terça feira, após o encerramento do expediente, o superintendente do Cade, Alexandre Cordeiro, publicou o arquivamento definitivo da cautelar. Em razão da inesperada atitude de Cordeiro, "que queria matar o caso", na avaliação de executivos do grupo, a Âmbar retirou o pedido feito ao plenário do Cade que extinguiu o processo em que a empresa tentava obter um novo contrato de fornecimento de gás junto à Petrobras.

Os próximos passos desse caso que se arrasta, em prejuízo do abastecimento de gás no Estado do Mato Grosso e da operação de uma usina de 500 MW, deve ocorrer em 15 dias. Um dos conselheiros do Cade poderá avocar o processo e, se os demais aprovarem, ele retomará seu curso.

O tribunal, porém, está dividido em torno desse assunto e são muitos os receios de alguns conselheiros. Eles suspeitam que a atitude de Cordeiro, de arquivar o pedido de cautelar na véspera da reunião do

tribunal, tenha sido uma "demonstração de poder" diante do presidente do Cade, Alexandre Barreto; e temem que haja alguém no governo decidido a "destruir" tudo o que tiver a marca de Joesley Batista.

Barreto negou que tenha qualquer disputa com Cordeiro. Ele próprio não está convencido de que o caso Âmbar versus Petrobras seja de prática anticoncorrencial e disse que não considerou estranha a decisão de Cordeiro pelo arquivamento.

Parente deixou claro que não há, da parte da estatal, qualquer "implicância" com a empresa de energia da J&F - "tanto que tínhamos um contrato" que pode ser retomado tão logo eles apresentem "uma organização interna com um bom sistema de compliance". Nega, também, prática contra a concorrência.

Há outros três processos no Cade contra a Petrobras por prática anticoncorrencial. Um da Comgás, que se refere há atuação da estatal há dez anos. Outros dois de empresas de energia de Fortaleza (CE), que por darem prejuízo à Petrobras, ela optou por pagar multa ao invés de vender o gás, segundo informou a estatal.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E - m a i l :
claudia.safatle@valor.com.br

Indicado para a OMC, Parola diz que órgão corre risco de deixar de existir

Por Fabio Murakawa | De Brasília



Parola: seria muito negativo para o país ter que reinventar em negociações bilaterais conquistas obtidas via OMC.

Indicado ao cargo de embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), o diplomata Alexandre Parola disse ontem em sabatina no Senado que o órgão das Nações Unidas corre o risco de deixar de existir. Para ele, uma das razões para isso é que os Estados Unidos têm percebido o sistema multilateral como uma ameaça aos seus interesses - um fenômeno que se intensificou no governo Donald Trump, mas já vem ocorrendo desde a administração Barack Obama.

"Me parece que há uma ameaça ao sistema, na medida em que há atores importantes, e um ator muito importante [Estados Unidos], que percebem o sistema como não servindo aos seus próprios interesses", disse ele ao Valor. "Saber até que ponto esse

diagnóstico irá se manter não está claro."

Parola foi sabatinado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e teve sua indicação aprovada de forma unânime, com 13 votos. A indicação ainda precisa ser referendada pelo plenário do Senado.

O diplomata atuou como porta-voz do presidente Michel Temer até a semana passada, quando deixou o cargo para assumir a presidência da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), posto que terá que deixar para assumir a nova função.

Na exposição aos senadores, Parola disse que sua prioridade no cargo será ter "uma atuação política, conceitual, engajada e muito decidida em defesa da OMC". "Eu não creio que seja um exagero dizer hoje que a OMC está sob risco existencial", afirmou. "Não é uma peça de retórica. Eu acho que há um risco real."

Para ele, "seria muito negativo para o Brasil" ter que "reinventar" em negociações bilaterais todas as conquistas obtidas no âmbito da OMC. "Muito dificilmente nós teríamos o mesmo resultado."

Parola disse ainda que trabalhará pela recomposição do "pilar negociador da OMC", que está parado desde 2008. "O que resta,

portanto, no pilar negociador é a intensificação, uma presença mais ativa e uma atenção redobrada a ser concedida aos órgãos regulares de atuação da OMC."

Defendeu também esforços para recompor o órgão da solução de controvérsias, hoje desfalcado de três de seus sete integrantes - em setembro, expira o mandato de um quarto. "Isso enfrenta uma dificuldade imediata, que é a posição do governo americano", disse.

Segundo Parola, os EUA fazem um "silêncio tático" para manter o órgão inoperante. Ele sugeriu, como alternativa, "tentar negociar formas que não envolvam os EUA".

"Os delegados norte-americanos simplesmente não dizem o que querem. Então, é impossível você se engajar numa negociação. Eles dizem que não estão satisfeitos com o status quo; e você diz assim: 'Então, vamos negociar. Qual é a sugestão?'. E não vem nada."

Para ele, essa postura dos EUA vem desde o governo Obama e reflete a sensação de que "o jogo está muito equilibrado na OMC". Esse sentimento, disse, serviu de estímulo para Washington abraçar negociações como a da Parceria Transpacífico (TPP) e do TTIP, uma proposta de acordo de livre comércio entre EUA e União Europeia.





Diante do impasse na OMC, Parola afirmou estar "aberto conceitualmente e do ponto de vista negociador para desenvolver formatos negociadores que não sejam estritamente multilaterais, na linha da unanimidade que é requerida, do consenso pleno que é requerido na OMC". Ou seja, o país deve se abrir a negociações setoriais e plurilaterais.

O diplomata também disse que pretende atuar para dar "dimensão pública" à OMC. "A sensação que eu tenho é a de que a OMC se beneficiaria de ser mais exposta ao debate público e ao conhecimento público. Embora seja um órgão extraordinariamente técnico, é órgão extraordinariamente importante", afirmou. "As coisas que se decidem na OMC não são abstratas, não são irrelevantes. Elas dizem respeito à vida cotidiana das pessoas, a questões simples como, por exemplo, se haverá ou não emprego em algum lugar."

Segundo ele, "uma dimensão essencial da diplomacia pública é,

naturalmente, a diplomacia parlamentar, de forma que instruções, engajamento e uma presença do Congresso Nacional nos debates sobre OMC me parece extraordinariamente importante".

Sobre as cotas impostas pelos EUA ao aço brasileiro, que têm como pano de fundo uma guerra comercial com a China, Parola disse que "foi uma decisão do governo brasileiro, ouvindo o setor privado, evitar, neste momento levar ao tema a um contencioso".

"O setor privado entende que um mecanismo de cotas preserva o acesso ao mercado mais do que a interrupção de qualquer negociação e o fechamento virtual do mercado", disse. "É previsível que nós viéssemos a ganhar num mecanismo de solução de controvérsias; o problema é o tempo para isso. Uma vitória que venha daqui a dois anos e meio tem um impacto muito grave sobre o setor industrial brasileiro, de forma que, no momento, é melhor negociar."

Governo não desistiu de mudar reforma trabalhista, diz ministro

Por Edna Simão e Raphael Di Cunto | De Brasília

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, afirmou ontem ao Valor que o governo não desistiu de fazer ajustes na reforma trabalhista, que completa hoje seis meses que entrou em vigor, por meio de projeto de lei ou medida provisória. Ele admitiu, no entanto, que há dificuldades devido ao calendário político.

"[O governo] Não desistiu. Pelo contrário, a gente acha que precisa realmente virar essa página, encerrar esse assunto. Essa avaliação política ainda está se construindo", disse.

Yomura participou ontem de reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para debater o assunto. "A dificuldade é o prazo", ponderou. O ministro afirmou que o presidente da Câmara solicitou uma divisão temática dos ajustes que o governo pretende fazer na reforma, para que então seja feita uma "avaliação a quatro mãos do que poderia ser tratado" ainda neste ano.

Segundo Yomura, "o esforço do governo vai ser de regulamentar

aquilo é possível por atos normativos do Poder Executivo" com a edição de decreto ou portarias. O ministro argumentou que o Congresso tem uma rotina diferenciada este ano devido ao processo eleitoral. "Tem assuntos que são mais aceitáveis, tem tramitação mais fácil. E outros têm divergência, [tramitação] mais complicada e merecem discussão mais profunda", explicou.

Há demandas de empresários para "esclarecer" pontos do regime intermitente e da equipe econômica do governo para fechar supostas brechas que levariam à queda de arrecadação, como permitir o pagamento de bônus sem que incidam encargos sobre o salário e autorizar que os trabalhadores autônomos tenham contrato de exclusividade.

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma trabalhista na Câmara, participou da reunião e afirmou que não foi apresentada nenhuma minuta do decreto elaborado pelo governo. "O ministro foi sondar qual era a posição do presidente sobre esses ajustes. Repetimos que não há clima hoje para projeto de lei ou nova medida provisória", disse o tucano.

Para Yomura, as mudanças que dependem do Legislativo poderiam ocorrer "pegando carona" em projetos já em tramitação. "Quando o presidente Rodrigo e o deputado Rogério sinalizaram com essa possibilidade de a gente analisar a questão por temas, fatar os assuntos que eram tratados na MP [808, que caducou] por tema, me dá a esperança de construir uma solução", afirmou. A MP, editada num acordo entre o presidente Michel Temer e o Senado para ajustar a legislação, perdeu a validade em abril sem sequer ser discutida.

O decreto estudado a pedido de entidades do setor de serviços poderia tornar mais claros pontos sobre o regime de trabalho intermitente, como a aplicação das regras para cotas de deficientes nas empresas com mais de 100 funcionários, o prazo para pagamento dos salários e dos encargos trabalhistas. Mas não tem poder para mudar as regras sobre bônus ou a exclusividade do autônomo, nem determinar o período de quarentena entre a demissão de um trabalhador com contrato por prazo indeterminado e sua recontração como intermitente.

Royalties do petróleo viram 'solução' para buraco fiscal

Por Marta Watanabe e Cláudia Schüffner | De São Paulo e do Rio

O aumento da arrecadação de royalties e participações especiais dos Estados e municípios como resultado do incremento da produção no pré-sal e da recuperação do preço da commodity trouxe promessas de criação de fundos para dar destino especial às receitas extras. Os dados de 2017, porém, mostram que até agora esses recursos contribuíram mais para melhorar o resultado primário e custear despesas correntes, como pagamento de aposentadorias. As receitas extras também permitiram a alguns municípios elevar gastos de pessoal ou de custeio em níveis bem acima da inflação.

Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), vê esse aumento de receitas como uma oportunidade para que os governos estaduais e municipais aproveitem com sabedoria essas receitas da produção de petróleo, que são finitas. "Do contrário vamos ver no futuro que vão culpar a disponibilidade de recursos pelos problemas, e não a má gestão. É preciso proteger esses recursos com uma blindagem", diz Oddone, que sugere por exemplo a aplicação do principal para as gerações futuras e uso apenas dos rendimentos no presente.

No ano passado as receitas da União, Estados e municípios com royalties e Participação Especial (PE, que é cobrada sobre a produção de campos com alta produtividade) foi de R\$ 30,43 bilhões, quase o dobro do que foi pago em 2016. Para 2018 a projeção do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) é que a arrecadação avance para R\$ 42,86 bilhões.

O novo "boom" do petróleo foi fonte de recursos extraordinários para Estados e municípios que já tinham direitos a esses recursos, como o Estado do Rio de Janeiro, que recebeu R\$ 7,1 bilhões em 2017 e projeta receber R\$ 8,7 bilhões este ano. Com 11 campos já em produção, a exploração do pré-sal, porém, também está direcionando recursos para alguns entes que antes não recebiam volumes significativos.

Um dos destaques é o Estado de São Paulo. As receitas do governo paulista com royalties e PE praticamente dobraram no ano passado, de R\$ 708,9 milhões em 2016 para R\$ 1,36 bilhão em 2017. Assim que essas receitas entram na conta única do Estado, é realizada, após alguns descontos, como o do Pasep, a transferência líquida para a conta da SPPrev, órgão que administra o regime próprio de aposentadorias do servidor público do Estado. O recurso é utilizado para reduzir o déficit previdenciário.

A receita é parecida com a do Estado do Rio de Janeiro, onde os recursos de royalties e da PE arrecadados pelo Estado são destinados integralmente à RioPrevidência e destinados ao pagamento de aposentados e pensionistas depois de deduzidos repasses para o Pasep e para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam) e municípios.

Em São Paulo, uma pequena parte das receitas com royalties e a PE são repassados todo mês de janeiro ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), de acordo com legislação estadual. Segundo a Fazenda do Estado, em janeiro foram repassados ao fundo R\$ 22,23 milhões, valor que equivale a 1,6% do montante recebido em royalties e participações pelo Estado no ano passado.

A Secretaria de Planejamento do governo paulista informa que a aplicação dos recursos segue lei estadual e que "os estudos definiram a destinação prioritariamente para a previdência por ser um dos maiores gastos do governo". Não há, segundo a secretaria, estudo para mudar o destino dessa receita. A perspectiva que o próprio Estado tem, segundo a Fazenda paulista, é de que esse recurso extraordinário continue crescendo. A estimativa do governo é de que chegue a R\$ 1,9





bilhão em 2018, um avanço de cerca de 40% em relação ao valor do ano passado.

Assim como o Estado de São Paulo, municípios como Ilhabela, no litoral paulista, e as fluminenses Maricá e Niterói ganharam destaque no novo mapa de distribuição de royalties e PE desenhado pela exploração do pré-sal. Nos três municípios, as receitas do petróleo ajudaram a transformar os déficits primários em 2016 em superávits no ano passado.

Em Maricá o boom do petróleo chegou faz pouco tempo, à medida que aumentou a produção no campo de Lula (antigo Tupi). No ano passado o município recebeu R\$ 746 milhões provenientes da produção de petróleo em alto mar. Em 2016 foram R\$ 300 milhões.

A prefeitura de Maricá ainda não tem relatório fiscal do último bimestre de 2017 divulgado pelo Tesouro Nacional, mas os dados até o quinto bimestre mostram que as despesas de pessoal do município aumentaram 30% contra igual período de 2016, para R\$ 300 milhões, enquanto os demais gastos correntes aumentaram 45%, para R\$ 413 milhões. O resultado primário mudou de sinal, saindo de déficit de R\$ 94 milhões de 2016 para superávit de R\$ 25 milhões no ano passado.

Leonardo Alves, secretário de Planejamento de Maricá, quer melhorar a infraestrutura da cidade

com os recursos, e planeja contratar mais 600 funcionários entre professores, administradores e fiscais. Cita que apenas 4% do município tem rede de esgoto e só 35% tem sistema de abastecimento de água.

Em Niterói, as receitas em royalties e PE somaram R\$ 615 milhões em 2017, mais que o dobro do ano anterior. O prefeito Rodrigo Neves (PDT-RJ) afirma que a entrada de novos recursos ajudou, mas ele atribuiu algumas melhoras dos indicadores fiscais a um "esforço do planejamento e gestão". O resultado primário saiu de um déficit de R\$ 313,7 milhões em 2016 para superávit de R\$ 88,7 milhões no ano passado, enquanto os investimentos no período caíram de R\$ 398 milhões para R\$ 297 milhões.

Segundo Neves, a cidade só usou 60% das receitas do petróleo em 2017 e conseguiu economizar R\$ 100 milhões. O prefeito faz questão de frisar que o resultado do município foi ajudado por outras receitas, entre elas de IPTU, ISS e ICMS, e que os royalties e a PE respondem a apenas 20% do total das receitas. Ele espera a aprovação, nos próximos dias, de um Fundo de Estabilização Fiscal para onde serão direcionados recursos do petróleo. Segundo ele, o fundo deve receber R\$ 200 milhões que o prefeito pretende poupar até 2020.

"O objetivo é que essa política seja praticada pelos próximos vinte

anos. A ideia é que o dinheiro seja sacado só quando os recursos dos royalties começarem a cair. Não pode ser ao bel prazer do gestor de plantão. Não é uma política de um prefeito e de um partido, mas da cidade", diz Neves.

A vizinha Maricá tem planos mais urgentes. A cidade criou um Fundo Soberano que vai receber até 5% da receita arrecadada com royalties e PE, mas pretende usar o grosso dos recursos para cobrir o déficit de infraestrutura. O fundo recebeu R\$ 30 milhões em abril. "Nós temos possibilidade de fazer mais, mas sabendo que o município precisa de infraestrutura não dá para guardar todo o dinheiro para o futuro", afirma Alves.

Em Ilhabela, as receitas com royalties e PE saltaram de R\$ 236 milhões em 2016 para R\$ 439 milhões no ano passado. Os resultados do petróleo responderam por 73% da receita primária corrente total do município no ano passado. Os recursos extras contribuíram para a prefeitura reverter o déficit primário de R\$ 106,6 milhões em 2016 para superávit de R\$ 186,8 milhões em 2017.

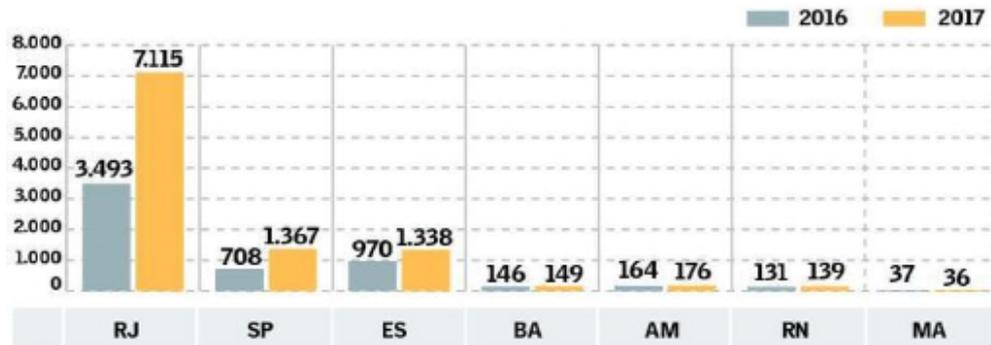
Pelo critério das despesas empenhadas, os gastos correntes do município avançaram em 27%, de 2016 para 2017. A despesa com folha cresceu 7,9% no período, mas os demais gastos correntes cresceram bem mais, em 39,5%.





Royalties e participações especiais

Por beneficiários selecionados - R\$ milhões*

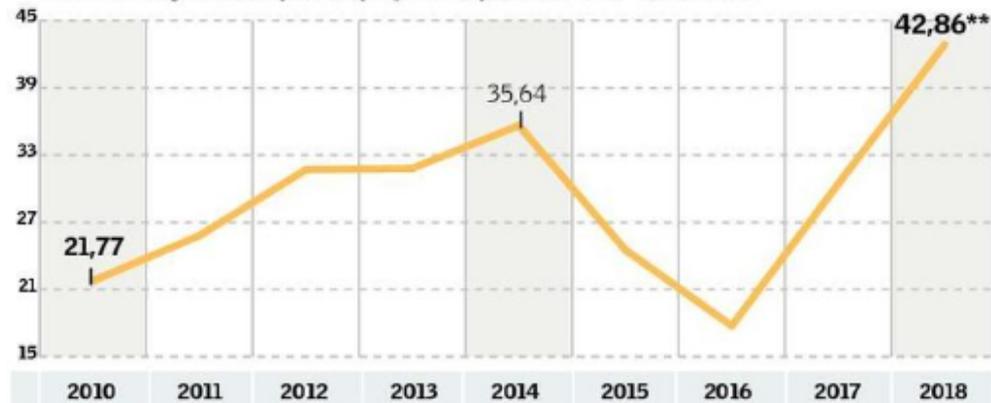


Município



Arrecadação em expansão

Total de royalties e participações especiais - em R\$ bilhões



Fonte: ANP e CBIE *Foi considerado o período do crédito dos valores ** Projeção para o ano

Com produção do pré-sal, São Paulo avança na arrecadação de recursos

Por Cláudia Schüffner e Marta Watanabe | Do Rio e São Paulo

O Rio de Janeiro ainda lidera a arrecadação, com receitas geradas pela produção de campos gigantes como Lula, Jubarte, Baleia Franca, mas o aumento da produção no pré-sal da Bacia de Santos impulsionou a arrecadação de royalties e participações especiais para São Paulo. A receita para o Estado e municípios paulistas aumentou com o campo de Sapinhoá, o segundo maior produtor do país, que produziu em março 319,7 mil barris de petróleo e gás por dia.

Devido a essa performance que em 2017 a arrecadação de São Paulo com participações governamentais - royalties e a Participação Especial (PE) - atingiu volume recorde, com a entrada de R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão para o Estado e de R\$ 1 bilhão para os municípios.

A partir do início da produção do campo de Lapa, de 38,3 mil barris por dia em março, a expectativa é de aumento da arrecadação nos próximos dois a três anos, quando a

produção dos dois campos atingirá o platô de produção. Lapa é um dos campos do pré-sal que entrou no plano de desinvestimento da Petrobras e passou a ser operado pela francesa Total.

Se a expectativa de aumento do volume de petróleo produzido nos próximos anos não é de crescimento robusto como esperado no Rio, a arrecadação pode se manter crescente graças à recuperação dos preços internacionais do produto.

Segundo fontes do setor, o aumento da arrecadação associada à maior produção só será possível com a entrada do campo de Carcará, que passou a ser operado pela norueguesa Statoil, na próxima década. Até lá, os projetos que vão entrar estão todos na área de influência do Rio em termos de arrecadação de royalties e PE.

O ritmo do incremento de produção em outros campos descobertos na região de São Paulo depende de questões regulatórias previstas no projeto de lei 9.407/2013, com novas regras para o mercado de gás natural que incentivam a produção, transporte

(inclusive prevendo "open access" aos gasodutos e estações de tratamento existentes) e a comercialização. Isso porque Carcará, por exemplo, tem petróleo associado a gás e o reservatório tem alta pressão, o que dificulta a reinjeção do gás.

Com regras restritas para a queima de gás na atmosfera e sem a possibilidade de reinjeção, a indústria aguarda alterações na Lei do Gás, que prevê facilidades para a comercialização de insumo. Com definições claras, as empresas podem acelerar a construção de um novo gasoduto de escoamento de gás do pré-sal para a costa, por exemplo, gerar energia no mar e transmitir para a costa como eletricidade.

"Abrir o mercado de gás é importante até para acelerar investimento em exploração e produção pelas companhias estrangeiras que passaram a ser operadoras. É importante que se tenha outros players para vender gás no Brasil. E na outra ponta isso vai trazer um maior número de clientes e mais flexibilidade", diz uma fonte.

Participação especial cresce 20% no primeiro trimestre e alcança recorde

Por Rafael Rosas e André Ramalho | Do Rio

A arrecadação com participação especial nos maiores campos de produção de óleo e gás do país alcançou o recorde de R\$ 6,5 bilhões no primeiro trimestre, aumento de 20% em relação ao quarto trimestre de 2017. Deste valor, 40% (R\$ 2,6 bilhões) serão distribuídos aos Estados, cabendo ao Rio de Janeiro a maior parcela - R\$ 2 bilhões. Os dados foram divulgados ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em relação aos municípios, aos quais são destinados 10% (R\$ 647 milhões) da participação especial, os maiores arrecadadores foram as cidades fluminenses de Maricá e Niterói, que receberão R\$ 196 milhões e R\$ 172,5 milhões, respectivamente, seguidos de Ilhabela (SP), com R\$ 88,3 milhões, e Campos, também nos Estado do Rio, com R\$ 53,9 milhões.

Ainda de acordo com a ANP, essa arrecadação recorde de

participação especial é fruto principalmente da produção de campos do pré-sal (81%), com destaques para Lula (R\$ 4 bilhões) e Sapinhoá (R\$ 884 milhões), na Bacia de Santos, e Jubarte (R\$ 519 milhões), na parte capixaba da Bacia de Campos.

A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural apenas para campos de grande volume de produção.

Com os resultados da arrecadação com participação especial para o primeiro trimestre já consolidados, a soma da PE com os royalties - que são cobrados sobre a produção de todos os campos do país - atingiu R\$ 11,4 bilhões. Entre janeiro e março, foram R\$ 4,9 bilhões em royalties, sendo R\$ 1,4 bilhão para os Estados e R\$ 1,685 bilhão para os municípios. A exemplo das participações especiais, o Rio de Janeiro também ficará com a maior fatia de royalties no primeiro trimestre, com R\$ 868 milhões. Entre

os municípios, Macaé recebeu R\$ 128,8 milhões.

Já é possível também ter uma ideia aproximada do montante a ser arrecadado em royalties e participações especiais no primeiro quadrimestre. Em termos de royalties foram R\$ 6,4 bilhões nos quatro primeiros meses do ano, que somados aos R\$ 6,5 bilhões dos três primeiros meses do ano totalizam R\$ 12,9 bilhões. Ao contrário dos royalties, a PE só é divulgada trimestralmente, mas o volume de R\$ 12,9 bilhões dos quatro primeiros meses do ano de royalties com três meses de PE é 45% maior que o volume de recursos auferidos na mesma comparação do ano passado, que ficou em R\$ 8,875 bilhões.

O aumento da arrecadação é sustentado pelo crescimento dos preços do barril do petróleo em 2018. Essa valorização mais que compensa a queda de 0,5% da produção de petróleo e gás natural no Brasil no primeiro trimestre, para uma média de 3,286 milhões de barris diários de óleo equivalente.

Aleluia quer menos prazo para indenizar transmissoras

Por Rafael Bitencourt e Raphael Di Cunto | De Brasília

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator da privatização da Eletrobras, propôs que o impacto tarifário previsto com o pagamento de indenizações a transmissoras do grupo estatal seja diluído em oito anos - como está definido hoje. No projeto de lei, o governo estabeleceu o repasse desse custo para as contas de luz em 25 anos - prazo remanescente da concessão.

Como apenas a Eletrobras seria contemplada, Aleluia alegou, em seu parecer, que o texto do projeto "fere o princípio da isonomia entre os agentes". O deputado afirmou ao Valor que tomou essa decisão porque as demais transmissoras chegaram a ameaçar contestar judicialmente o governo e a manutenção dos oito anos não terá impacto prejudicial na conta de luz.

O direito à indenização foi dado àquelas transmissoras que renovaram antecipadamente a concessão após a edição da polêmica Medida Provisória 579/12 - editada pela ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas. O cálculo é feito com base no investimento realizado até maio de 2000, mas que não foi coberto pela receita estabelecida para as concessionárias.

Apesar de terem prorrogado os contratos em 2013, as transmissoras começaram a receber as indenizações somente em agosto do ano passado. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estimou que o saldo a ser pago era de R\$ 62 bilhões, sendo que 70% são das subsidiárias da Eletrobras.

Aleluia não mexeu no parâmetro de correção das indenizações da Eletrobras. O projeto define que a atualização será feita pelo custo ponderado médio do capital, chamado "Wacc Regulatório", no lugar do custo de capital próprio. Na prática, essa mudança já está valendo por força de decisão judicial em primeira instância, o que abateu em cerca de R\$ 9 bilhões sobre o valor total calculado pela Aneel.

"Ficará equalizado. Pior seria deixar com os juros que eles tinham colocado", defendeu ao se referir ao custo de capital próprio definido pelo Ministério de Minas e Energia. Ele disse que a mudança no projeto tem o consentimento do Ministério da Fazenda.

Ao enviar o PL 9.463/18 ao Congresso, o governo alegou, na exposição de motivos, que a diluição do impacto tarifário das indenizações por 25 anos seria uma contrapartida ao aumento das tarifas com a migração das hidrelétricas da

Eletrobras do regime de cotas para o de produção independente - a chamada "descotização".

A Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) avalia que o consumidor assumirá o custo adicional de R\$ 19,3 bilhões se as indenizações forem pagas em 25 anos. O alerta é feito pelo presidente da entidade, Mário Miranda, em defesa da proposta de Aleluia.

"Acharam que pagar em 25 anos seria vantajoso pelo impacto tarifário mais baixo, mas ao longo tempo é muito pior", disse Miranda ao Valor. Ele ressalta que as transmissoras são contra a dilatação do prazo de pagamento das indenizações, porque perderiam 29% da receita.

Aleluia considera que o projeto está pronto para aprovação na comissão, em caráter conclusivo. Ele admite que a oposição pode fazer um requerimento, apoiado por 51 deputados, para que o projeto passe pelo plenário da Câmara também. "Mas podemos rejeitar, em uma única votação, esse requerimento e levar o texto direto para o Senado", disse o deputado, que pretende aguardar o prazo de cinco sessões para emendas e aí começar a discussão e votação do parecer na comissão. Ele imagina que isso começará em duas semanas.

Mais Bolsa Família

Um efeito importante do impeachment no debate eleitoral foi o declínio da tese de que a alternância de poder ameaçaria a população dependente do Bolsa Família.

Há dois anos o programa, lançado em 2003, deixou de ser gerido por governos petistas. Poucos dias atrás, o valor dos benefícios recebeu o segundo reajuste na gestão de Michel Temer (MDB).

É verdade que, em valores corrigidos, os desembolsos são hoje menores do que já foram. Essa queda, entretanto, teve início em 2015, ainda sob Dilma Rousseff (PT), em razão do colapso orçamentário federal. O número de lares atendidos se encontra pouco abaixo do pico histórico de cerca de 14 milhões.

Entre os principais candidatos ao Palácio do Planalto, não se vê quem defenda a extinção do Bolsa Família — mesmo Jair Bolsonaro (PSL), um crítico notório, prefere falar em ajustes nas regras.

Decerto que existe aí um tanto de pragmatismo eleitoral. Quem se pretende um postulante competitivo sempre evitará atacar uma iniciativa que serve diretamente a um quarto dos brasileiros.

Mas é fato também que o programa se consolidou por suas qualidades, louvadas por militantes de esquerda, economistas liberais e estudiosos da desigualdade social.

Trata-se de política pública desenhada a partir de estudos técnicos e experiências anteriores, superando tabus ideológicos no processo —o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ouviu sugestões do Banco Mundial e deixou de lado o plano assistencialista prometido na campanha, chamado Fome Zero.

O resultado é um gasto eficaz no combate à miséria, por ser direcionado aos estratos mais carentes e impor

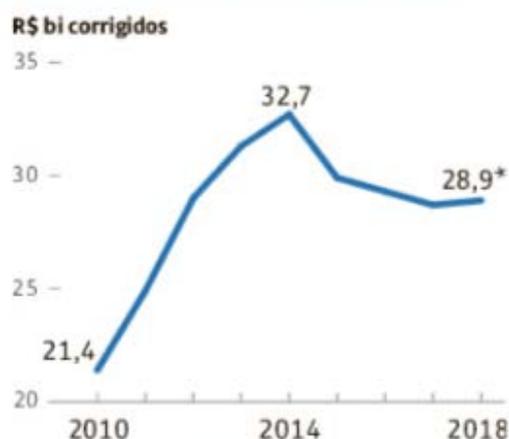
condições como frequência escolar e vacinação das crianças. Os montantes, equivalentes a cerca de 0,4% do Produto Interno Bruto, são modestos diante do contingente atingido.

Depurado da carga propagandística que o cercava, o Bolsa Família pode ser aperfeiçoado. Sempre haverá a investigar casos de fraude e recebimento indevido; devem-se buscar formas de incentivar os beneficiários a deixarem de precisar do amparo oficial.

Será adequado também estabelecer alguma previsibilidade para as revisões dos benefícios — coincidência ou não, as três últimas ocorreram em anos eleitorais.

O cancelamento do reajuste em 2017 se mostrou particularmente cruel, dado que o governo se viu sem recursos, em boa parte, devido aos aumentos salariais do funcionalismo. Difícilmente haveria imagem mais clara de como o Estado acaba por contribuir para a desigualdade que deveria combater.

Com crise orçamentária, gasto com Bolsa Família encolheu



* Estimativa após reajuste dos benefícios
Fonte: Siga Brasil

Márcio França muda regra e acelera transferência de verbas a municípios

Gabriela Sá Pessoa
SÃO PAULO

Em dois decretos publicados nos últimos dias de abril, o governador de São Paulo, Márcio França (PSB), candidato à reeleição, encurtou o caminho para a transferência de recursos do estado a municípios.

O primeiro ato saiu na edição de 24 de abril do Diário Oficial, 17 dias depois de França assumir o cargo de Geraldo Alckmin (PSDB), que renunciou o governo para disputar a Presidência.

O governador retirou atribuições da Casa Civil e turbinou o Planejamento, que passou a concentrar o relacionamento do estado com os municípios. Ele nomeou para a pasta Maurício Pinto Pereira Juvenal, aliado de longa data.

Antes, os convênios chegavam na Casa Civil, responsável por analisar os pedidos e repassá-los ao Planejamento, que autorizava o

gasto. Agora, com uma etapa a menos, toda a aprovação fica no Planejamento, o que acelera a transferência de verbas. A Casa Civil continuará apenas acompanhando os convênios.

O segundo decreto foi publicado em 28 de abril e autoriza o estado a transferir aos municípios 20% do valor de projetos orçados em mais de R\$ 200 mil, exigindo apenas ordem de serviço, que antecede o início da obra.

Não haveria, assim, necessidade de comprovação de começo da obra para o prefeito receber o dinheiro.

Essa flexibilização já havia sido feita por um decreto em 12 de março, ainda no governo Alckmin, mas apenas para obras acima de R\$ 500 mil. Ou seja, França criou mais uma facilidade para os prefeitos.

O calendário explica a pressa. França acelera para crescer nas pesquisas —no Datafolha de abril,

tinha 8% da preferência dos paulistas, atrás de Paulo Skaf (20%), do MDB, e do tucano João Doria (29%).

Há também uma barreira legal: 7 de julho é quando a Justiça Eleitoral passa a restringir contratações e transferência de verbas. O prazo foi citado por França no último sábado (5), num encontro com prefeitos em São José do Rio Preto.

Uma gravação do encontro foi obtida pela Folha. O governador disse na ocasião que quem iniciasse as obras antes da data poderia receber recursos após o limite eleitoral.

"É uma janela de oportunidade. Tem 60 dias. Quem conseguir ser rápido, vai conseguir fazer uma boa alavancada no seu município", afirmou o governador aos prefeitos.

"Nós estamos fazendo isso por uma razão: porque acreditamos na política, na boa política. Sou um político, tenho orgulho de ser político."





O governador comentou que tinha "200 e poucos" convênios já prontos e que, além desses recursos, o fundo Desenvolve SP —um BNDES paulista— disponibilizaria R\$ 250 milhões aos municípios para equipamentos e máquinas.

E destacou a importância de alocar recursos para obras de asfaltamento de vias, que tem citado como bandeira. "Você pode inaugurar uma universidade pública, mas se estiver com a cidade cheia de buracos, acham que você é relaxado."

OUTRO LADO

Por meio de sua assessoria, o governo de São Paulo afirmou que a nova modalidade de transferência de recursos visa agilizar o atendimento aos municípios e facilitar o trabalho dos prefeitos e demais agentes públicos. "Isso mostra que o governador, em menos de 30 dias, conseguiu viabilizar um bom número de convênios, com menos burocracia e sempre dentro da lei."

A Secretaria de Planejamento diz que o decreto não altera a tramitação dos convênios e que a saída da unidade que trata dessas negociações da Casa Civil integra "mudanças institucionais naturais em toda troca de governo".

Quem não reformar não governa

NELSON BARBOSA

Nos últimos meses, algumas lideranças de esquerda se posicionaram contra a reforma da Previdência e outras medidas de controle do gasto público com o bordão “quem votar não volta”. Faltou dizer que quem não reformar não governa.

A recuperação da estabilidade fiscal demandará mudanças de regras fiscais, no gasto público e na tributação pelo próximo governo, e isso deve ser transmitido com clareza aos eleitores.

Considere nossas regras fiscais. Hoje temos metas de mais para instrumentos de menos. Há meta de resultado primário, teto de gasto e limitação de endividamento público pela regra de ouro. Em contrapartida, a maior parte da despesa pública não está sob o controle direto do governo. Esse arranjo não tem como dar certo e leva à criminalização crescente da política fiscal.

A solução é uma reforma fiscal

focada somente em metas de gasto, que podem ser crescentes, constantes ou cadentes em proporção do PIB, de acordo com a escolha política dos eleitores, de quatro em quatro anos.

Do lado do gasto, o desafio é controlar despesas obrigatórias, e isso não envolve somente a Previdência. Também é preciso reavaliar o outro grande gasto federal —a remuneração de servidores—, bem como diminuir o engessamento de algumas despesas por regras e vinculações que não deveriam ser matéria constitucional.

Uma saída do atual impasse político entre esquerda e direita seria combinar as duas iniciativas em uma só medida: uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que reveja o teto de gasto e aperfeiçoe a regra de ouro, de um lado, e que reforme a Previdência e outros gastos obrigatórios, do outro.

A ideia dessa “PEC do compromisso” é combinar

flexibilidade com responsabilidade fiscal. Evitar a rigidez crescente do Orçamento público por excesso de metas e, ao mesmo tempo, reduzir o crescimento do gasto obrigatório da União.

O terceiro campo de reforma é tributário, pois parte da elevação do resultado primário do governo virá da ampliação de receitas. Isso já está acontecendo atualmente com revisão da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de outros tributos, mas sem alarde pelas autoridades.

Nesse caso, o problema político é combinar simplificação de tributos indiretos com maior progressividade de tributos diretos, pois nossa carga tributária é complexa e os ricos pagam relativamente menos impostos no Brasil do que em países avançados.





Precisamos de tributos mais simples e mais justos, sem perda de arrecadação no curto prazo. E, no longo prazo, o tamanho da carga tributária deve ser compatível com os serviços que a sociedade demanda do Estado, o que, por sua vez, deve ser decidido em, adivinhe, eleições.

A reforma tributária também se tornou tema inevitável para o próximo governo devido ao acirramento da “guerra fiscal mundial” pelos EUA. O corte de Imposto de Renda sobre empresas aprovado por Donald Trump já está levando vários países a reavaliar a composição de seus tributos diretos.

Idealmente, a solução progressista é desonerar empresas e onerar pessoas físicas de alta renda, com impacto neutro ou positivo sobre a arrecadação direta. Já existem propostas nesse sentido por vários economistas e esse será outro tema a ser enfrentado pelo próximo governo.

Reformar o Orçamento público é inevitável, e isso precisa ser debatido durante as eleições, se não pelos partidos políticos, pelo menos pelos economistas.

Reservas do Tesouro para enfrentar turbulências chegam a R\$ 647 bilhões

Finanças. Recursos, que mais que triplicaram desde 2013, garantem pagamento de títulos da dívida e dão, segundo o governo, mais segurança para enfrentar qualquer cenário mais difícil; reservas internacionais, de US\$ 381,6 bilhões, também estão em nível recorde

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

Apesar da crise fiscal que vive, o Brasil está hoje muito mais preparado para enfrentar as turbulências de mercado do que estava há alguns anos. No caixa do Tesouro, o colchão de recursos para bancar o pagamento de títulos públicos cresceu mais de três vezes nos últimos cinco anos, chegando atualmente a R\$ 647,4 bilhões, o que reduz sensivelmente qualquer risco de calote.

Além disso, o País conta ainda com US\$ 381,6 bilhões em reservas internacionais, administradas pelo Banco Central – e que poderiam ser usadas para evitar uma crise cambial. E há ainda mais R\$ 9 bilhões no caixa do Tesouro para bancar todos os vencimentos da dívida externa do governo nos próximos 12 meses.

Para o subsecretário de dívida pública do Tesouro, José Franco Medeiros de Moraes, essas três linhas de defesa garantem, do ponto de vista macroeconômico,

uma situação confortável para eventuais turbulências que o País venha a enfrentar nos próximos meses.

É uma situação muito diferente da vivida na campanha presidencial de 2002, por exemplo, quando a eleição do ex-presidente Lula levou o dólar para o patamar de R\$ 4. O colchão de liquidez da dívida interna estava em R\$ 40 bilhões, e as reservas internacionais no BC eram de apenas US\$ 37,24 bilhões. Também não havia nenhuma reserva em caixa para o pagamento da dívida externa.

Franco destacou que, em 2013, esse colchão de liquidez estava em R\$ 200 bilhões. Na época, essa reserva de dinheiro bancava três meses de pagamento de títulos. Hoje, a reserva banca de oito a dez meses. O subsecretário explicou que esse montante aumentou porque houve uma reversão de expectativas em relação ao cenário econômico brasileiro. O Tesouro vendeu mais títulos do que aqueles que venceram, o que permitiu a entrada de mais dinheiro no caixa, que hoje está em R\$ 1,07 trilhão.

Desse total, 60% compõem o colchão de liquidez da dívida. O subsecretário disse que o Tesouro está preparado para enfrentar as turbulências e os próximos vencimentos até o final do ano que

somam cerca de R\$ 250 bilhões.

Contas. Para o economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Manoel Pires, além dessas "barreiras", o País está numa situação mais tranquila também por causa dos juros e da inflação mais baixos – que funcionam como escudos de proteção.

Segundo ele, o País está bem posicionado para qualquer "surpresa" nos juros dos Estados Unidos, cenário que está ditando principalmente o comportamento do dólar, que vem se fortalecendo frente às demais moedas – o que já provocou até um pedido de ajuda da vizinha Argentina ao FMI (ver mais na página B6). "É o que parece que a psicologia de mercado está precipitando", disse Pires, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Ele ressaltou, contudo, que o Brasil continua vulnerável em relação às contas públicas e enfrenta dificuldades para aprovar as reformas. Na sua avaliação, uma maior turbulência nas eleições vai depender muito da programação de política econômica de cada candidato à Presidência. "O que está acontecendo hoje é muito mais uma revisão do cenário global do que do risco Brasil por conta das eleições", disse.





MAIS SEGURANÇA

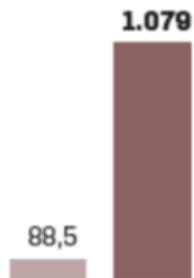
● Linhas de defesa do Brasil contra turbulências

2002 – LULA VENCE SERRA NO SEGUNDO TURNO

2018 – CENÁRIO ELEITORAL AINDA INDEFINIDO

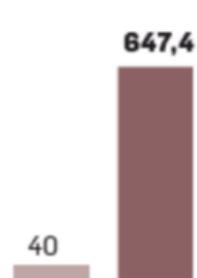
Disponibilidade de Caixa do Tesouro

EM BILHÕES DE REAIS



Colchão de liquidez do Tesouro para dívida interna

EM BILHÕES DE REAIS



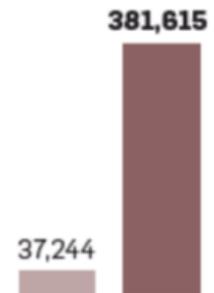
Colchão de liquidez do Tesouro para dívida externa

EM BILHÕES DE REAIS



Reservas internacionais do Banco Central

EM BILHÕES DE DÓLARES



FONTE: TESOURO NACIONAL E BC

INFOGRÁFICO/ESTADÃO